



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Junho de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em junho de 2026. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia	2
Brasil	4
Colômbia	5
Equador	6
Guiana	7
Peru.....	9
Suriname	13
Venezuela	13
OTCA	15

Bolívia

Por Débora Bedim e Maria Clara Dutra Pontes

Em 9 de junho, o governo boliviano lançou o projeto “Salvaguardando os Sistemas de Vida da Selva Amazônica da Bolívia”, impulsionado pelo Ministério do Planejamento do Desenvolvimento e Meio Ambiente (MPDyMA). O projeto conta com financiamento de US\$ 18,78 milhões provenientes do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Operará por sete anos, com execução retroativa de julho de 2025 a julho de 2032. A iniciativa beneficiará mais de 400 mil pessoas em quatro regiões que integram a Amazônia boliviana: Norte de La Paz, Beni, Pando e Norte de Santa Cruz, com os objetivos de fortalecer a governança territorial, garantir que as comunidades indígenas e os atores locais tenham participação na tomada de decisão acerca dos recursos naturais, proteger a biodiversidade e promover meios sustentáveis como alternativa aos métodos extrativos convencionais [1].

No dia 10 de junho, o Ministério dos Hidrocarbonetos informou que mais de 450 habitantes de oito comunidades rurais da região amazônica de Pando, dos municípios de Santa Rosa del Abuná, Sena e Puerto Gonzalo Moreno, seriam beneficiados com subprojetos de eletrificação rural, a partir do Projeto IDTR III, que conta com o financiamento do Banco Mundial e é executado pela empresa estatal ENDE Corporación, buscando alcançar a universalização do acesso à energia elétrica [2].

Em 16 de junho, o ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Fernando Aramayo, participou como palestrante do Fórum “Coreia-América Latina sobre Cooperação Futura 2026”, em Seul, na Coreia do Sul, que reuniu diversas autoridades governamentais da América Latina e do Caribe. O ministro ressaltou o potencial do país em contribuir para novas cadeias globais de valor ligadas à inteligência artificial, à transição energética e à transformação digital, na medida em que o país possui minerais críticos e matérias-primas para a produção de recursos energéticos. Também destacou a importância de ampliar a cooperação entre a Bolívia e a Coreia, com base na transferência de tecnologia, na formação de centros de pesquisa e na capacitação de profissionais, para fortalecer a industrialização sustentável do país [3].

Em 25 de junho, a Bolívia assumiu a vice-presidência do primeiro Conselho Diretivo do Mecanismo Amazônico para a Cooperação e a Ação (MACA), criado no marco da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em reunião realizada em Brasília, capital do Brasil, a fim de fortalecer as capacidades institucionais, angariar financiamento e

promover medidas para proteção de florestas, da biodiversidade e das comunidades que vivem na Amazônia [4].

Em 30 de junho, o governo boliviano e o Reino da Noruega, por meio de seus ministros do Meio Ambiente, Fernando Romero Pinto e Andreas Bjelland Eriksen, realizaram um encontro bilateral para aprofundar a cooperação em florestas, mudanças climáticas e financiamento climático. A reunião buscou construir uma aliança estratégica voltada para a proteção das florestas tropicais, a redução das emissões de metano e o acesso a mecanismos de financiamento climático. Foi ressaltada a liderança norueguesa em projetos de financiamento para a redução do desmatamento e o potencial do Fundo Florestas Tropicais para Sempre, presidido pela Noruega e pelo Brasil, do qual a Bolívia manifestou interesse em se tornar beneficiária, além do fortalecimento da cooperação em monitoramento florestal, prevenção de incêndios com uso de sistemas de satélite e inteligência artificial, e redução de emissões [5].

Ainda no dia 30 de junho, o presidente Rodrigo Paz reuniu-se com o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva em um encontro bilateral durante a Cúpula do Mercosul, em Assunção, no Paraguai, no qual discutiram a extração de gás natural e decidiram acelerar as negociações para a assinatura de acordos entre as empresas estatais Petrobras, brasileira, e Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), boliviana. Na ocasião, também foi informado que uma delegação ministerial boliviana seria recebida pela presidente da Petrobras, Magda Chambriard, no Rio de Janeiro, para tratar do tema [6].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21203>
- [2] Disponível em: <https://larazon.bo/economia-y-empresa/2026/06/10/proyecto-idtr-iii-llevara-energia-electrica-a-la-amazonia-pandina/>
- [3] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/06/16/25370/>
- [4] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21215>
- [5] Disponível em: <https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21220>
- [6] Disponível em: <https://www.europapress.es/internacional/noticia-lula-paz-convienen-agilizar-negociaciones-petrobras-ypfb-explotacion-gas-20260701060846.html>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Em 10 de junho de 2026, o governo brasileiro anunciou um conjunto de medidas voltadas à proteção ambiental da Amazônia durante cerimônia alusiva ao Dia Mundial do Meio

Ambiente (comemorado em 5 de junho), realizada no Palácio do Planalto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou o Parque Nacional do Tanaru (localizado em Rondônia), ampliou duas unidades de conservação no Piauí, instituiu uma Área de Proteção Ambiental no Pará, destinou R\$ 2 bilhões ao Ibama e ao ICMBio para ações de recuperação da bacia do rio Doce, assinou um decreto para simplificar repasses do Fundo Nacional do Meio Ambiente a estados e municípios para ações de prevenção e combate a incêndios florestais, oficializou uma doação de R\$ 270 milhões do Reino Unido ao Fundo Amazônia, liberou R\$ 393 milhões deste fundo para projetos do Restaura Amazônia e anunciou R\$ 834 milhões do Fundo Clima também para ações de restauração de vegetação nativa. Lula também afirmou que o governo está preparando ações de enfrentamento às consequências de um eventual episódio forte de El Niño no final do ano sobre a Amazônia [1].

Em 11 de junho de 2026, Lula visitou o Observatório Regional Amazônico (ORA), plataforma da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) voltada ao monitoramento ambiental e ao fortalecimento da cooperação entre os oito países amazônicos. Durante a visita, o presidente conheceu as ferramentas de monitoramento e inteligência territorial desenvolvidas pela organização, incluindo sistemas relacionados a recursos hídricos, incêndios florestais, desmatamento e biodiversidade. Na ocasião, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) apresentaram dados atualizados sobre a redução do desmatamento na Amazônia brasileira e no Cerrado. Lula destacou a importância estratégica da OTCA como mecanismo de articulação regional e afirmou que o Brasil busca fortalecer a organização como espaço de coordenação entre os países amazônicos, retomando compromissos estabelecidos após a Cúpula da Amazônia, realizada em Belém, em 2023 [2].

Ainda em 11 de junho de 2026, o Ministério do Meio Ambiente e o BNDES apresentaram, durante a 36ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA), um balanço dos 18 anos do mecanismo de financiamento. Os dados mostraram que, desde sua retomada em 2023, o Fundo Amazônia quadruplicou o ritmo anual de aprovação de projetos, passando de uma média de R\$ 300 milhões para R\$ 1,3 bilhão por ano. Entre 2023 e 2026, o período concentrou 57% de todas as aprovações e contratações da história do fundo, voltadas para o combate ao desmatamento e à promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia. O balanço também destacou a ampliação de doadores internacionais, que passaram de dois (Alemanha e Noruega) para nove parceiros, com a adesão de países e blocos como Reino Unido, Suíça, Dinamarca, União Europeia, Estados Unidos, Irlanda e Japão [3].

No que toca a exploração de petróleo na Margem Equatorial, a Petrobras informou ao Ibama que a perfuração do poço exploratório Morpho, localizado na Foz do Amazonas, tem previsão de conclusão para 7 de agosto [4]. Além disso, a presidente da empresa, Magda Chambriard, defendeu publicamente a continuidade da exploração de petróleo como elemento central da estratégia de desenvolvimento nacional. Em discurso no dia 23, afirmou que o Brasil precisa decidir entre abrir mão de receitas e investimentos ou manter a produção de petróleo, argumentando que políticas de redução da atividade poderiam comprometer bilhões de reais em arrecadação tributária. Chambriard sustentou que a transição energética deve ocorrer de forma gradual, por meio de uma “adição energética”, em que fontes renováveis complementariam, e não substituiriam, o petróleo [5].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2026/06/lula-cria-parque-nacional-em-rondonia-e-amplia-dois-no-piaui.shtml>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/presidente-lula-visita-observatorio-regional-amazonico-otca/>
- [3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2026/06/14/fundo-amazonia-quadruplica-ritmo-de-aprovacao-de-projetos-desde-retomada-em-2023/>
- [4] Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2026/06/11/petrobras-estima-fim-da-perfuracao-do-poco-morpho-na-foz-do-amazonas-em-agosto.ghtml>
- [5] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2026/06/vamos-todo-mundo-para-selva-e-vamos-ter-um-ar-maravilhoso-diz-presidente-da-petrobras.shtml>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Ao longo de junho, o governo colombiano buscou fortalecer sua estratégia de enfrentamento ao desmatamento nos territórios amazônicos. No dia 1º de junho, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável anunciou a finalização da capacitação de 286 agentes florestais no âmbito do programa de Extensionismo Florestal para o Manejo Sustentável da Amazônia [1]. A formação de líderes florestais nos territórios amazônicos de Caquetá, Guaviare e Putumayo tem como objetivo garantir que as comunidades tenham agentes florestais que conheçam o território e sejam capazes de traduzir orientações de políticas públicas relevantes e apoiar decisões mais eficazes na governança da Amazônia colombiana. O programa formativo é uma ferramenta do governo colombiano para apoiar o cumprimento da

meta estabelecida pelo Plano Nacional de Desenvolvimento de reduzir o desmatamento em 20%.

Em 25 de junho, o Projeto de Monitoramento da Amazônia Andina (MAAP), uma iniciativa da ONG Amazon Conservation Team, divulgou dados sobre o desmatamento na região amazônica em 2025 [2]. De acordo com a estimativa do MAAP, o total de floresta desmatada na Amazônia colombiana em 2025 chegou a 69.910 hectares, representando uma redução de 9,95% em relação ao desmatamento registrado em 2024. Os dados oficiais do governo colombiano serão divulgados pelo Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM), agência governamental vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-enfrenta-la-deforestacion-con-286-nuevos-extensionistas-forestales-en-la-amazonia/>

[2] Disponível em: <https://www.lasillavacia.com/silla-amazonia/amazonia-en-breve/disminuyo-un-935-la-deforestacion-en-la-amazonia-colombiana-en-2025/>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Entre 1º e 3 de junho de 2026, o Exército equatoriano, com base em informações de inteligência militar, realizou operações contra a mineração ilegal nas províncias de Pastaza, Napo e Morona Santiago, destruindo e apreendendo escavadeiras, dragas, motores e acampamentos clandestinos utilizados na extração ilícita de minerais [1]. Em Zamora Chinchipe, militares também confiscaram munições e armas artesanais. Segundo o Ministério da Defesa, entre 1º de janeiro e 1º de junho de 2026, as Forças Armadas executaram cerca de 1.300 operações diárias em todo o país, resultando em prisões, apreensões de armas e veículos e prejuízos econômicos às organizações criminosas.

Na continuidade dessa ofensiva, em 11 de junho, militares, em coordenação com o Ministério da Defesa e o Centro Nacional de Inteligência, realizaram nova operação nos setores de San José de Huambuno (Napo) e Shell (Pastaza) [2]. A ação destruiu uma plataforma de exploração, 10 escavadeiras, cinco classificadoras, acampamentos logísticos, tanques de combustível e equipamentos elétricos e de bombeamento, causando prejuízo estimado em US\$ 1,13 milhão às organizações criminosas e reforçando a estratégia de recuperação do controle

territorial. Em 12 de junho, durante inspeção em uma área de mineração ilegal recém-identificada na comunidade de Taruka (Sucumbíos), militares foram atacados, dando início a um confronto que resultou na morte de três pessoas e deixou dois militares feridos [3]. A Fiscalía General del Estado instaurou investigação para apurar as circunstâncias do episódio, ocorrido em uma área recentemente identificada pelos serviços de inteligência como novo foco de exploração ilícita.

No dia 11 de junho de 2026, o jornal El Comercio informou que a atividade petrolífera da estatal Petroecuador gerou 36.983 empregos nas províncias amazônicas de Orellana e Sucumbíos entre novembro de 2023 e o primeiro trimestre de 2026 [4]. Desse total, 82,44% das contratações corresponderam à mão de obra local, percentual superior ao exigido pela legislação amazônica. As vagas concentraram-se em atividades de exploração, produção, manutenção, logística e serviços de apoio, principalmente em Orellana (26.509) e Sucumbíos (10.474). O gerente-geral da empresa, Sebastián Maag Pardo, afirmou que a prioridade é assegurar que os benefícios do setor alcancem diretamente as comunidades das áreas de influência petrolífera.

Em 19 de junho, o jornal El Universo informou que as Forças Armadas mantêm uma ofensiva permanente contra a mineração ilegal em Alto Punino, onde organizações criminosas controlam extensas áreas de exploração [5]. Segundo o comandante da Brigada de Selva nº 19 Napo, general Miguel Iturralde, a atividade tornou-se "tão rentável quanto o narcotráfico", exigindo o emprego de milhares de militares para conter grupos que atuam inclusive em concessões legais e ameaçam comunidades indígenas. A reportagem acrescenta que a expansão da atividade intensifica a violência, a contaminação ambiental e as extorsões, enquanto o Estado enfrenta dificuldades para manter presença contínua e impedir a rápida reconstrução dos acampamentos destruídos.

Em 20 de junho de 2026, o Unicef, com financiamento da União Europeia, passou a apoiar o Ministério da Saúde Pública (MSP) do Equador em uma campanha de vacinação infantil contra a febre amarela em 114 comunidades de difícil acesso nas províncias de Sucumbíos, Orellana, Napo e Pastaza [6]. A iniciativa inclui o envio de equipes de saúde, a capacitação de 900 profissionais para identificar áreas de risco, a organização da logística de distribuição de vacinas e a mobilização de 120 vigilantes comunitários para detecção precoce de casos, além de campanhas informativas em espanhol, quíchua e shuar para ampliar a cobertura vacinal na Amazônia equatoriana.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.lahora.com.ec/seguridad/ejercito-halla-maquinaria-vinculada-a-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-se-genero-una-afectacion-de-376.675-20260604-0009.html>
- [2] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/seguridad/golpe-mineria-ilegal-amazonia-resta-recursos-mafias>
- [3] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2026/06/15/ecuador-tres-muertos-y-dos-militares-heridos-tras-operativo-contr-la-mineria-ilegal>
- [4] Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/impacto-actividad-petrolera-empleo-amazonia>
- [5] Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/internacional/las-mafias-cambian-la-cocaina-por-el-oro-y-construyen-un-negocio-multimillonario-en-la-amazonia-ecuatoriana-nota>
- [6] Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2026/06/20/unicef-y-ue-apoyan-vacunacion-infantil-contr-la-fiebre-amarilla-en-la-amazonia-de-ecuador>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No mês de junho de 2026, a Diretora Sênior de Clima e REDD+ do Gabinete da Presidência da Guiana, Pradeepa Bholanath, divulgou números relacionados às vendas de créditos de carbono, reafirmando a centralidade dessa política para o modelo de desenvolvimento econômico do país. Segundo Bholanath, desde 2022 o país arrecadou aproximadamente US\$ 353 milhões com a comercialização internacional de créditos de carbono, dos quais cerca de US\$ 81 milhões foram destinados diretamente às comunidades indígenas. Ainda segundo o governo, esses recursos financiaram aproximadamente 3.000 projetos comunitários em mais de 240 aldeias indígenas, contemplando iniciativas voltadas à infraestrutura, agricultura, segurança alimentar, transporte, turismo, energia e fortalecimento das economias locais [1][2][3].

As informações reforçam uma das principais características da estratégia guianense para a Amazônia: transformar a conservação florestal em um ativo econômico capaz de financiar políticas públicas e promover desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, o modelo busca conferir legitimidade internacional à exploração petrolífera do país, sustentando que a manutenção da cobertura florestal permite à Guiana permanecer como uma economia de carbono negativo. Dessa forma, o governo procura apresentar os mercados de carbono e a expansão da produção de petróleo como políticas complementares, e não contraditórias, inserindo o país simultaneamente nos mercados globais de ativos ambientais e de hidrocarbonetos [1][2][3].

Dias depois, em 16 de junho, a *ExxonMobil* solicitou autorização ambiental para uma nova etapa de exploração no bloco *Stabroek*. O pedido prevê a perfuração de dezenas de novos poços entre 2028 e 2033, ampliando significativamente a capacidade produtiva do principal projeto petrolífero da Guiana. O episódio evidencia que, embora o país tenha consolidado uma posição de destaque nas negociações internacionais sobre clima e biodiversidade, sua inserção na economia política internacional continua profundamente vinculada à expansão da fronteira petrolífera offshore. Sem deixar de evidenciar que o contexto geopolítico, especificamente as disputas no estreito de Ormuz, tornam o petróleo da Guiana uma reserva estratégica no contexto global, visto que pode atenuar algumas inseguranças de abastecimento energético e outras ramificações da cadeia petrolífera. Nesse sentido, a experiência guianense permanece marcada pela coexistência entre duas estratégias complementares de inserção internacional: a valorização econômica da floresta amazônica por meio dos créditos de carbono e a crescente importância geopolítica de suas reservas de petróleo [3].

Referências

- [1] Disponível em: <https://dpi.gov.gy/guyana-earned-us353m-from-carbon-credit-sales-since-2022/>
- [2] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z-Zh11TXkos>
- [3] Disponível em: <https://dpi.gov.gy/nearly-3000-indigenous-community-projects-funded-through-lcds-revenues>
- [4] Disponível em: <https://www.sahmcapital.com/news/content/exxon-mobil-seeks-environmental-permit-for-exploration-in-offshore-guyana-2026-06-16>

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

No mês de junho de 2026, as agendas do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Ambiente (MINAM) do Peru mantiveram o ritmo intenso observado nos meses anteriores. O país sediou e participou de importantes fóruns multilaterais, avançou em novas fases de cooperação bilateral e anunciou iniciativas tecnológicas e institucionais voltadas à conservação da Amazônia.

No âmbito multilateral, vale destacar a participação do chanceler peruano, Carlos Pareja, na 56ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), realizada na Cidade do Panamá entre os dias 22 e 24 de junho. Na ocasião, Pareja ressaltou a plena vigência da Carta Democrática Interamericana, instrumento cuja adoção, em 2001, contou com

protagonismo peruano por iniciativa do então chanceler Javier Pérez de Cuéllar. Defendeu que a passagem do seu 25º aniversário deve servir para renovar o compromisso político dos Estados-membros com a defesa da democracia no hemisfério, destacando que essa defesa exige vontade política concreta. O chanceler estendeu convite aos países-membros para participar dos atos comemorativos previstos para Lima e Washington D.C., em setembro. À margem da Assembleia, Pareja também manteve reunião bilateral com o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, na qual foram discutidos temas de integração fronteiriça, segurança, conectividade, cooperação regional e os preparativos para a comemoração conjunta, em 2027, do bicentenário das relações diplomáticas entre os dois países [1].

Ainda no plano multilateral, no dia 24 de junho, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) instalou, em Brasília, o Conselho Diretivo do Mecanismo Amazônico para a Cooperação e a Ação (MACA), novo instrumento financeiro regional criado para mobilizar, gerir e canalizar recursos destinados a projetos estratégicos de desenvolvimento sustentável na Amazônia, com meta de captar US\$ 250 milhões ao longo de dez anos junto a bancos multilaterais e outras fontes de cooperação. Os países-membros elegeram por consenso o Peru para a presidência do Conselho Diretivo e a Bolívia para a vice-presidência, cabendo aos dois países conduzir os trabalhos do mecanismo durante seu primeiro ano de funcionamento. Ao assumir a presidência, o diretor de Assuntos Amazônicos do MRE peruano, César Joycep Aréstegui Bravo, reafirmou o compromisso de avançar rumo a resultados concretos que permitam colocar o mecanismo em funcionamento e consolidar uma fonte de financiamento previsível e sustentável para as prioridades regionais da Amazônia [2].

No campo da conservação de ecossistemas estratégicos, o MINAM, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediou em Lima, entre os dias 30 de junho e 2 de julho, a 4ª Reunião de Sócios da Iniciativa Global de Turberas (GPI4), sob o lema “Turberas como meios de vida e as condições para sua conservação e manejo sustentável”, reunindo representantes de governos, comunidades locais, povos indígenas, organizações internacionais e especialistas para fortalecer a cooperação internacional em torno da proteção desses ecossistemas. O encontro teve sequência nos dias 3 e 4 de julho com uma visita técnica aos aguajales amazônicos da região de Loreto, da qual participaram delegações da Indonésia, da República Democrática do Congo, da República do Congo, da Colômbia e da Mongólia, além do Peru. A realização do GPI4 em território peruano reafirma o protagonismo do país na proteção das turberas amazônicas, que armazenam cerca de 20 bilhões de toneladas

de carbono e cobrem aproximadamente 120 mil quilômetros quadrados, concentradas majoritariamente na região de Loreto [3][4].

Também no âmbito da cooperação técnica multilateral, o MINAM, com apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), promoveu, entre os dias 15 e 19 de junho, um workshop de capacitação de especialistas voltado à atualização dos dados de desmatamento e degradação florestal referentes a 2025, cobrindo as regiões da Costa, da Serra e da Amazônia. O ministério conta atualmente com uma malha de 40 mil parcelas distribuídas por todo o território nacional, cada uma com 25 pontos de observação, que permite registrar mudanças na cobertura e no uso do solo ao longo dos últimos 24 anos. A iniciativa fortalece o recém-inaugurado Centro de Monitoramento e Avaliação de Ecossistemas e Recursos Naturais (CMERN) do MINAM e contribui para consolidar as ações de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV), consideradas indispensáveis para estimar emissões florestais, cumprir compromissos internacionais e viabilizar o acesso a financiamento climático e a mecanismos de retribuição econômica para comunidades que conservam as florestas [5].

Já no plano das relações bilaterais, o MINAM avançou em uma nova fase de cooperação com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) voltada à gestão sustentável de florestas e zonas úmidas na Amazônia peruana, no âmbito do projeto “ProBosques e Humedales”, em execução desde 2022 nas regiões de Loreto, Ucayali e San Martín e com previsão de continuidade até 2027. A iniciativa busca fortalecer o monitoramento florestal por satélite, promover bionegócios baseados em produtos nativos como o aguaje e capacitar comunidades locais e funcionários regionais em gestão sustentável dos recursos naturais, em um contexto no qual a Amazônia peruana perde anualmente mais de 150 mil hectares de florestas em razão de atividades ilegais, da expansão agrícola desordenada e de economias ilícitas [6].

No início do mês, no dia 2 de junho, o MRE oficializou a adesão do Peru ao Compromisso Intergovernamental sobre a Posse da Terra (ILTC), iniciativa promovida pela Aliança de Líderes por Florestas e Clima (FCLP), voltada a deter e reverter o desmatamento até 2030. A adesão deve fortalecer a segurança territorial de 51 povos indígenas peruanos e ampliar o acesso do país à cooperação internacional e ao financiamento climático para projetos de conservação e restauração, sendo implementada de forma articulada entre os ministérios do Ambiente (MINAM), do Desenvolvimento Agrário e Irrigação (MIDAGRI) e da Cultura

(MINCUL), no marco da Estratégia Nacional sobre Mudança Climática e das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) do país [7].

Já no âmbito nacional, o Instituto de Investigações da Amazônia Peruana (IIAP), organismo vinculado ao MINAM, divulgou os avanços de seu Laboratório de Inteligência Artificial, voltado a converter grandes volumes de dados, imagens e sons da floresta em informação estratégica para a conservação da biodiversidade. Entre as ferramentas desenvolvidas, está um sistema capaz de identificar espécies por seus sons e diferenciar ruídos de origem humana, natural e biológica, o que permite compreender melhor os impactos de estradas, plantações e turismo, além de auxiliar na detecção de desmatamento e mineração ilegal. O laboratório também emprega drones para modernizar a contagem de palmeiras de aguaje e monitorar variações térmicas em cidades amazônicas, bem como aplica inteligência artificial na automatização da contagem de pós-larvas de peixes em projetos de aquicultura [8].

Poucos dias depois, a vice-ministra de Desenvolvimento Estratégico dos Recursos Naturais do MINAM, Carmen Vegas, acompanhada de embaixadores, representantes de organismos internacionais e empresários, visitou as instalações do IIAP em Iquitos, na região de Loreto, para conhecer de perto os avanços tecnológicos e científicos que vêm transformando a gestão sustentável dos recursos naturais na Amazônia. Na ocasião, a comitiva conheceu o Laboratório de Inteligência Artificial, a supercomputadora “Manatí” e os laboratórios de Química de Produtos Naturais e de Biologia e Genética Molecular, nos quais são investigados compostos derivados da biodiversidade amazônica e aplicadas ferramentas de DNA ambiental para identificação de espécies e monitoramento de ecossistemas. O instituto também vem aproximando a ciência e o conhecimento amazônico da população por meio de aplicativos móveis de identificação de flora e fauna, plataformas digitais de acesso aberto e experiências de realidade virtual [9].

Por fim, no início de julho, o MINAM e a organização San Diego Zoo Wildlife Alliance–Peru oficializaram um convênio de cooperação para fortalecer a conservação da diversidade biológica do país por meio da pesquisa científica, do intercâmbio de capacidades e do desenvolvimento de ferramentas inovadoras. A organização, sem fins lucrativos, atua de forma articulada com o Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) na Estação Biológica Cocha Cashu, localizada no Parque Nacional do Manu, onde conduz pesquisas científicas voltadas à conservação da biodiversidade e ao fortalecimento do conhecimento sobre os ecossistemas amazônicos [10].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1410554-peru-destaca-vigencia-de-la-carta-democratica-interamericana-en-la-56-asamblea-general-de-la-oea>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1412804-peru-asume-la-presidencia-del-consejo-directivo-del-mecanismo-amazonico-para-la-cooperacion-y-la-accion-maca>
- [3] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1411232-peru-sera-sede-de-reunion-global-para-impulsar-la-conservacion-de-las-turberas-amazonicas-y-del-mundo>
- [4] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1412906-minam-y-el-pnuma-reunen-a-lideres-mundiales-para-fortalecer-la-proteccion-de-las-turberas-frente-al-cambio-climatico>
- [5] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1410660-minam-y-fao-fortalecen-monitoreo-de-bosques-para-frenar-la-deforestacion-y-proteger-los-ecosistemas-del-peru>
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1410701-minam-y-jica-impulsan-nueva-fase-de-cooperacion-para-la-gestion-sostenible-de-bosques-y-humedales-en-la-amazonia>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1400345-peru-fortalece-su-compromiso-internacional-para-proteger-los-bosques-y-los-territorios-indigenas>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1400660-minam-iiap-incorpora-inteligencia-artificial-que-convierte-datos-imagenes-y-sonidos-del-bosque-en-informacion-para-cuidar-la-amazonia>
- [9] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1408756-minam-conoce-las-innovaciones-que-estan-transformando-la-conservacion-de-la-amazonia-mediante-el-uso-de-drones-ia-y-genetica>
- [10] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1413152-minam-y-san-diego-zoo-wildlife-alliance-peru-unen-esfuerzos-para-fortalecer-la-conservacion-de-la-biodiversidad>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No mês de junho, o jornal local Mongabay publicou um comentário do etnobotânico Mark Plotkin acerca dos rumos do desenvolvimento econômico do Suriname, tendo como foco a expansão de projetos agroindustriais voltados à produção de soja. Segundo o autor, a adoção desse modelo de desenvolvimento reproduziria uma trajetória já observada em outros países sul-americanos, caracterizada pela conversão de áreas florestais em grandes monoculturas destinadas à exportação. Plotkin argumenta que, embora tais projetos sejam frequentemente apresentados como instrumentos de modernização econômica e geração de empregos, sua elevada mecanização limita os efeitos positivos sobre o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que amplia pressões sobre a floresta amazônica, os recursos hídricos e os modos de vida das populações tradicionais. O autor também alerta para o risco de que grandes concessões de

terras a investidores estrangeiros reduzam a capacidade do Estado de controlar o uso do território e de direcionar os benefícios econômicos do setor agrícola para o desenvolvimento social em nível nacional [1].

A análise dialoga diretamente com os debates que ganharam força no Suriname ao longo dos últimos anos sobre a compatibilização entre crescimento econômico e preservação ambiental. País com cerca de 93% de cobertura florestal e reconhecido internacionalmente como uma economia de carbono negativo, o Suriname enfrenta o desafio de ampliar sua produção agrícola e diversificar sua economia sem reproduzir modelos de ocupação territorial associados ao desmatamento em outras partes da Amazônia. Embora o texto de Plotkin represente uma posição analítica e não um posicionamento oficial do governo, ele evidencia que a governança amazônica no país ultrapassa a dimensão ambiental e passa a incorporar debates sobre soberania, segurança alimentar, investimento estrangeiro, economia política do desenvolvimento e, em última instância, de poder político. Nesse sentido, a discussão reforça que a preservação da floresta amazônica depende não apenas de mecanismos de conservação, mas também das escolhas relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país [1].

Referências

[1] Disponível em: <https://news.mongabay.com/2026/06/suriname-will-not-be-saved-by-soybeans-commentary/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O mês de junho de 2026 na Venezuela foi marcado negativamente pela ocorrência de fortes abalos sísmicos (de magnitude 7.2 e 7.5) na região norte do país, que aconteceram no dia 24. A ocorrência do desastre demandou que a atenção do Estado e o emprego de recursos logísticos fossem redirecionados imediatamente para operações de emergência civil de escala nacional e socorro aos atingidos. Com isso, houve uma desaceleração temporária de novos anúncios institucionais focados na política ambiental na região sul, que abriga a Amazônia venezuelana [1].

Para além disso, antes da ocorrência dos terremotos, ocorreram ações da Operação Escudo Bolivariano e da Operação Neblina, promovidas pela Força Armada Nacional Bolivariana (FANB). No dia 09, a FANB desalojou líderes de grupos armados que atuavam na

região sul da Venezuela. A operação aconteceu dois meses depois da aprovação da nova Lei de Mineração, que permite a atuação de investidores estrangeiros na região [2]. A região, no entanto, permanece amplamente controlada por militares e organizações criminosas. Segundo a ONG SOS Orinoco, essa operação “evidencia que existem pressões políticas para reconfigurar o controle do território”, além de alertar que esse tipo de ação apresenta riscos, pois “uma intervenção centrada unicamente na força militar, sem um enfoque integral, pode desencadear, de imediato, deslocamentos massivos da população, aprofundamento da crise humanitária e violência contra civis inocentes”. Em conclusão, a ONG aponta ser “impossível estabilizar o sul do Orinoco sem desmontar o modelo mafioso que permitiu a expansão de economias extrativistas ilegais e estruturas armadas” [3]. Ainda sobre a referida operação, a ONG PROVEA pediu que o governo de Delcy Rodríguez tenha transparência sobre o mega operativo e divulgue maiores informações sobre o alcance, as pessoas detidas e a situação de civis [4].

Referências

- [1] Disponível em: <https://reliefweb.int/report/venezuela-bolivarian-republic/terremotos-en-venezuela-reporte-de-situacion-1-25-de-junio-de-2026-hora-0300-am>
- [2] Disponível em: <https://efe.com/mundo/2026-06-10/venezuela-ejercito-zona-minera-lideres-armados/>
- [3] Disponível em: <https://sosorinoco.org/es/referencias/articulos/ejercito-desaloja-a-lideres-armados-de-zona-minera-del-sur-de-venezuela-segun-ong/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 2 de junho, membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica participaram do evento “Fronteiras do Fogo: cooperação regional para proteger a Amazônia diante de um novo ciclo de risco climático – El Niño 2026-2027” realizado durante a Semana Amazônica de Berlim, na Alemanha [1]. Ao longo dos encontros, os representantes dialogaram sobre os riscos associados às mudanças climáticas e os impactos do El Niño na região, bem como a importância do Manejo Integrado do Fogo e estratégias associadas. O evento foi organizado pela Embaixada da Colômbia na Alemanha e pela OTCA, e contou com o apoio da agência de cooperação alemã (GIZ) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Por parte da OTCA, os participantes destacaram o Memorando de Entendimento sobre o Manejo Integrado do Fogo, a Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo e o Observatório Regional Amazônico como instrumentos que buscam fortalecer a integração e a cooperação dos

países amazônicos frente aos incêndios florestais. Cientistas, pesquisadores, líderes de povos indígenas e autoridades da Colômbia, Brasil, Peru, Costa Rica, Venezuela e Alemanha firmaram o compromisso de aprofundar a cooperação regional e internacional para proteção e conservação da Amazônia neste tema.

No dia 11 de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou as instalações do Observatório Regional Amazônico em Brasília [2]. Acompanhado de ministros e autoridades, Lula assistiu à apresentação feita pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTI) com dados recentes sobre a redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado coletados pelo Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (Deter). Depois, o presidente brasileiro conheceu os módulos temáticos do ORA e conversou com o Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, que destacou os avanços da organização para a coordenação dos países amazônicos e divulgação de dados e conhecimento científico. Participaram da visita, para além de Lula, os embaixadores do Brasil, Peru, Suriname e Venezuela, o encarregado de negócios da Bolívia e o ministro-conselheiro da Colômbia, além de representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

No dia 24, foram eleitos os primeiros membros do Conselho Diretivo do Mecanismo Amazônico de Cooperação e Ação (MACA) em Brasília, concluindo os trabalhos que começaram em 2024 [3]. O instrumento, criado para mobilizar recursos financeiros, será dirigido pelo peruano César Joycep Aréstegui Bravo, Diretor de Assuntos Amazônicos da Direção-Geral para Assuntos da América do Ministério de Negócios Estrangeiros do Peru, que afirmou o compromisso de consolidar uma fonte de financiamento previsível e sustentável que seja capaz de lidar com os desafios da Amazônia. O Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, destacou que esse é um marco na institucionalidade da OTCA e que os próximos passos incluem a elaboração de uma estratégia de captação de recursos internacionais e a elaboração de um Plano de Trabalho do MACA para o próximo ano.

Para finalizar o mês de junho, a OTCA organizou o seminário “Construindo uma agenda de infraestrutura sustentável, inclusiva e resiliente para a Amazônia” em sua sede em Brasília [4]. No evento foram apresentadas boas práticas e ações realizadas na Colômbia, no Equador, no Brasil e no Peru, principalmente no setor de transportes, e propostas para fomentar um novo modelo de desenvolvimento que responda às necessidades da região amazônica e o bem-estar de suas populações. Representando o setor de Políticas para a América Latina e o Caribe da

WWF, a líder regional Maria Inés Rivadeneira, destacou que novos projetos de infraestrutura devem incorporar critérios de sustentabilidade, resiliência climática, conectividade ecológica e gestão integrada do território. Também participaram do evento representantes da organização *Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR)*, pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), do Grupo de Trabalho sobre Infraestruturas e Justiça Socioambiental (GT Infra), da WWF, do Instituto Pan-amazónico (IPA), do Fórum Social Pan-amazónico (FOSPA), da Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS) e do Instituto de Energia e Ambiente (IEMA).

Referências

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-embaixada-da-colombia-na-alemanha-e-a-otca-promovem-a-cooperacao-diplomatica-e-cientifica-para-protger-a-amazonia-contr-o-el-nino/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/presidente-lula-visita-observatorio-regional-amazonico-otca/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-instala-o-conselho-de-administracao-do-maca-e-escolhe-o-peru-e-a-bolivia-para-liderar-o-seu-primeiro-ano-de-funcionamento/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/dialogo-regional-impulsiona-uma-agenda-de-infraestrutura-sustentavel-para-a-amazonia/>